

Do projeto das DCNs a sua implantação: percepções sobre as transformações da identidade jornalística refletida nos TCCs

From the National Curriculum
Guidelines Project to its
implementation: perceptions of the
transformations of the journalistic
identity reflected in the Graduate
Conclusion Papers

Desde el Proyecto de Directrices
Curriculares Nacionales hasta
su implementación: percepciones
sobre las transformaciones de la
identidad periodística reflejadas
en los trabajos de fin de grado

RESUMO

Há dez anos foi publicada a primeira versão do documento norteador das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), para a formação de bacharéis em Jornalismo, e não mais em Comunicação Social. Quase que simultaneamente, o STF anunciou o fim da exigência de diploma para o exercício profissional. Esses fatos aparentemente antagônicos impactaram a procura pelo curso, a identidade profissional e o perfil do jornalista brasileiro na segunda década do terceiro milênio. A partir da observação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), elaborados pelos futuros bacharéis em Jornalismo – e não mais em Comunicação Social, formados no campus Niterói da Universidade Estácio de Sá, entre 2014-2018, buscou-se identificar caminhos teóricos e percepções sobre a identidade profissional em transformação.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade profissional do Jornalista. Ensino e Pesquisa em Jornalismo. Diretrizes Curriculares Nacionais. Trabalhos de Conclusão de Curso. Curso de Jornalismo Estácio Niterói.

ABSTRACT

Ten years ago the first version of the guiding document of the National Curriculum Guidelines (DCNs) was published, for the formation of bachelors in Journalism, and no longer in Social Communication. Almost simultaneously, the Supreme Court announced the end of the diploma requirement for professional practice. These apparently antagonistic facts impacted the demand for the course, the professional identity and the profile of the Brazilian journalist in the second decade of the third millennium. From the observation of the Undergraduate Conclusion Papers (TCCs), prepared by future bachelors in Journalism - and no longer in Social Communication, graduated at the Niterói campus of Estácio de Sá University, between 2014-2018, we sought to identify theoretical and perceptions of the changing professional identity.

KEYWORDS

Journalist's professional identity. Teaching and Research in Journalism. National Curriculum Guidelines. Course Completion Papers. Journalism Course Estácio Niterói.

RESUMEN

Hace diez años, se publicó la primera versión del documento guía de las Directrices Curriculares Nacionales (DCN), para la formación de licenciados en Periodismo, y ya no más en Comunicación Social. Casi simultáneamente, la Corte Suprema anunció el fin del requisito del diploma para la práctica profesional. Estos hechos aparentemente antagónicos impactaron la búsqueda por el curso, la identidad profesional y el perfil del periodista brasileño en la segunda década del tercer milenio. A partir de la observación de los trabajos de fin de grado (TCC), preparados por futuros licenciados en Periodismo, y ya no en Comunicación Social, graduados en el campus Niterói de la Universidad Estácio de Sá, entre 2014-2018, buscamos identificar teorías y percepciones de cambio de identidad profesional

PALABRAS CLAVE

Identidad profesional del periodista. Docencia y Investigación en Periodismo. Pautas nacionales del plan de estudios. Documentos de finalización del curso. Curso de periodismo Estácio Niterói.



Soraya Venegas Ferreira

Doutora em Comunicação e professora da
Universidade Estácio de Sá (RJ)
sosovenegas@yahoo.com.br

Recebido em: 22/09/2019

Aceito em: 05/12/2019

1 JORNALISMO NA CORRENTEZA: IDENTIDADE PROFISSIONAL EM TRANSFORMAÇÃO

A acelerada transformação no mundo do trabalho, impactado pelas modificações dos fluxos comunicacionais mediados por tecnologias digitais, tem colocado a sobrevivência de várias profissões em xeque. Mudanças nos perfis profissionais são demandadas por um mercado ávido por inovação, o que nem sempre é acompanhado pelas diretrizes curriculares (DCNs) dos cursos e seus consequentes projetos pedagógicos (PPCs). Em 2013, Lopes já alertava que o conceito de identidade não pode ser tomado como fixo ou imutável e que a identidade jornalística não deve ser vista unicamente como resultado de uma prática, pois engloba valores, mitos, crenças, saberes, representações sociais, história, memória, relações de poder entre outros aspectos, que são constantemente negociados no espaço social.

Faccin e Ferreira complementam que “em qualquer sociedade, a prática jornalística é depositária de um conjunto de técnicas, práticas e normas que orientam a competência do profissional de informar a sociedade sobre assuntos de relevância pública” (FACCIN; FERREIRA, 2013, p. 173). Os manuais de redação, os profissionais renomados, as DCNs, os PPCs, suas grades curriculares e planos de ensino funcionam como tentativas de garantia da coesão da atividade em torno de critérios que lhe são próprios, conforme postula Nelson Traquina (2008) quando teoriza que o jornalismo tem um “modo de ver, de falar e de agir”.

Em 2009, ocorreram dois fatos aparentemente antagônicos no campo do Jornalismo brasileiro: um reforçava as exigências para a formação prevendo um curso específico e não mais uma habilitação, exigindo no mínimo 200 horas de estágio curricular supervisionado e trabalho de conclusão de curso (TCC) individual, enquanto outro reduzia a atividade profissional a simples forma de expressão. Há dez anos ocorria, portanto, a publicação da primeira versão do documento que embasa as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Curso de Jornalismo e o anúncio pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do fim da exigência do diploma de Comunicação Social – habilitação Jornalismo para o exercício profissional.

Aos dez anos desses dois acontecimentos, soma-se o ingresso dos nativos do terceiro milênio no ensino superior ter sido justamente em 2019. Os nascidos em 2001, que não tiveram adiantamento ou percalço na vida acadêmica, chegaram às universidades, nesse ano, aos 18. Segundo Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas, realizada pela FGV, hoje, o Brasil já conta com mais de um *smartphone* por habitante e nossos novos acadêmicos parecem não ter noção de como era possível a vida sem esses aparelhos permanentemente conectados em uma rede social digital ou em um aplicativo de mensagens.

Sabe-se que essa é uma generalização perigosa, levando-se em conta as características regionais e as diferentes condições socioeconômicas dos poucos que conseguem chegar ao ensino superior no Brasil. Contudo, com base em nossa experiência docente em universidades públicas e privadas em grandes centros urbanos e em *papers* sobre os desafios da aprendizagem ativa e da implantação da metodologia de sala de aula invertida, o cenário descrito acima parece bastante adequado ao entendimento das atuais condições de ensino.

Constata-se ainda que a virada do milênio foi acompanhada por mudanças no ambiente de trabalho jornalístico: novos agentes surgiram no cenário da comunicação, favorecidos pelo desenvolvimento e pelo acesso às tecnologias digitais, que tem permitido ampliar a experiência do homem no mundo, reverberando na legitimidade e na autoridade do campo de saber jornalístico, além de forçar redefinições em algumas funções profissionais, o que motiva as constantes alterações nos PPCs e planos de ensino em algumas Instituições de Ensino Superior (IES). Seduzidos pelos dispositivos tecnológicos cada vez mais multifuncionais, os cidadãos não se contentam em consumir notícias ou navegar pela rede apenas como receptores. Eles se transformam cotidianamente em autores, empreendedores, impulsionadores de fluxos informativos, que fogem do controle dos jornalistas profissionais e dos meios de comunicação institucionalizados. No âmbito da competência jornalística, os cidadãos atuam como co-criadores, coautores e co-construtores da mensagem jornalística.

O jornalista deixou de ser detentor do monopólio da informação e do saber que permite a sua produção. Surgiram novos atores, novas competências e novos contratos de comunicação (CHARAUDEAU, 2012) baseados na informação noticiosa e que acabaram por confundir os estudantes e impactar a identidade jornalística. Esse cenário coloca em crise os antigos modelos de negócio baseados na monetização da informação noticiosa. A implantação de *paywalls* nas versões digitais de veículos renomados, o surgimento de portais jornalísticos colaborativos e de agências de *fact-checking* são apenas a parte visível dessa transformação.

Ao escolherem essa profissão, que antes os direcionava para os veículos tradicionais, os estudantes de Jornalismo, familiarizados com a linguagem das tecnologias digitais, deparam-se com outros atores que, também, desejam produzir conteúdo de interesse público, tanto para organizações empresariais e sociais, quanto para atender a interesses particulares ou de grupos, como são os internautas das redes sociais, os *blogueiros*, *youtubers* e influenciadores digitais e, conseqüentemente, têm dificuldades em identificar o que separa esses novos atores dos jornalistas profissionais. Para complexificar ainda mais o cenário, no mercado de trabalho, surgem exigências de novas habilidades, como as dos analistas de *Fake News* e de jornalistas, que entendam de tecnologia da informação (TI), sendo capazes de ir além das planilhas de Excel, fazendo programação de ferramentas digitais e minerando dados. Ao acadêmico, que costumava ser chacoteado por escolher a profissão apenas para “fugir da matemática”, cabe a pergunta: Jornalista contemporâneo, quem és tu?

Essa questão permeia muitos dos 61 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), que serão vistos nesse estudo. Eles são fruto das preocupações e dos interesses dos concluintes do bacharelado em Jornalismo, oferecido como curso autônomo no campus Niterói da Universidade Estácio de Sá desde 2011, menos de dois anos após a publicação da primeira versão do documento que embasa as DCNs e dois anos antes de sua homologação. Os PPCs que embasam os TCCs ainda não refletem integralmente as DCNs, mas muitos planos de ensino já haviam sido construídos sob sua inspiração.

2 LEVANTAMENTOS SOBRE O PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO NO TERCEIRO MILÊNIO

Para identificar quem é o jornalista brasileiro no terceiro milênio, uma equipe de professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) liderada por Jacques Mick fez um levantamento entre 2011 e 2013. No detalhamento metodológico da pesquisa informa-se que foi realizada em duas fases: a primeira para estimar a quantidade de jornalistas em atuação no Brasil e sua distribuição territorial, a fim de estabelecer premissas do plano amostral e a segunda colheu dados relativos ao perfil, a partir de duas estratégias: uma enquete via internet, com amostragem aleatória, e pesquisa por telefone e e-mail com profissionais registrados, com amostragem intencional.

Os resultados preliminares da pesquisa, que contou com 2.731 respondentes, indicam que os jornalistas brasileiros eram majoritariamente mulheres brancas, solteiras, com até 30 anos. As mulheres jornalistas, mais jovens, ganhavam menos que os homens, sendo maioria nas faixas até cinco salários mínimos e minoria nas faixas superiores a cinco salários mínimos. Dos respondentes, apenas um a cada três participava de movimentos sociais, associações ou organizações. Nove em cada dez eram diplomados em Jornalismo, 61,2% em IES privadas e 40,4% prosseguiram os estudos em nível de pós-graduação. Maioria expressiva, 93,9%, defendia a exigência de algum tipo de formação superior para o exercício da profissão. Destes, 55,4% exigiam a diplomação específica em Jornalismo.

Além dos aspectos regulatórios, o mercado de trabalho tem se mostrado elemento relevante para concepção dos PPCs, especialmente nas IES privadas e, de acordo com a pesquisa, entre 2011 e 2013, do total da amostra, 75,6% trabalhavam como jornalistas e destes, 27% em mais de um emprego. Entre cada dez jornalistas, um era professor, quatro trabalhavam predominantemente fora da mídia e cinco trabalhavam principalmente em mídia. Três em cada quatro jornalistas tinham registro no Ministério do Trabalho, destes, 82% como jornalista profissional. O estágio, mesmo antes de se tornar componente curricular obrigatório, já se mostrava relevante na medida em que 75% dos depoentes tinham sido estagiários.

À época, os jornalistas que atuavam na mídia o faziam predominantemente com carteira assinada; um a cada quatro eram *freelancers*, contratados como pessoas jurídicas (PJs) ou com contrato de prestação de serviços, seis em cada dez trabalhavam em meios impressos; metade produzia para mídias via internet; um terço, para rádio, TV ou cinema e eram contratados, sobretudo, como repórteres ou editores, trabalhando com reportagem, redação, produção de pautas, edição e fotografia. Em relação aos jornalistas que atuam na mídia, 76% tinham seu trabalho integralmente ou em grande parte divulgado pela internet.

Fora da mídia, 25% dos jornalistas estavam no setor público; 25% tinham contratos de prestação de serviço, eram *freelancers* ou trabalhavam como PJs; quatro em cada dez atuavam no setor privado com carteira assinada e tendiam a ter mais formação do que os colegas que atuavam na mídia. A participação feminina crescia entre os profissionais fora da mídia, chegando a 68,8%. Dos que atuavam fora da mídia, 68,3% eram contratados como assessores de imprensa e estavam, na mídia, mais satisfeitos que os profissionais de mídia. A assessoria de imprensa é uma área que se destaca nos objetos de pesquisa dos TCCs dos acadêmicos de Jornalismo da Estácio Niterói, refletindo certa sintonia com a pesquisa da UFSC.

3 AS DCNS E A IDENTIDADE PROFISSIONAL EM CRISE: EM BUSCA DA ESSÊNCIA DO JORNALISMO

O primeiro texto relativo às DCNs para o curso de Jornalismo, proposto como bacharelado e não mais como habilitação, foi publicado em fevereiro de 2009. A Portaria Nº 203/2009 refere-se ao Relatório da Comissão de Especialistas, instituída pelo Ministério da Educação, presidida pelo professor José Marques de Melo e integrada por outros sete docentes. O documento, de 26 páginas, refletia intensa discussão, inclusive em três audiências públicas realizadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. No Rio, foi ouvida a comunidade acadêmica; em São Paulo, lideranças e representantes da sociedade civil organizada e, em Recife, foi a vez da comunidade profissional. Para além das audiências, o portal do MEC permaneceu aberto para receber sugestões de qualquer interessado na matéria. Além disso, como explicitado no documento, os integrantes da comissão se dispuseram a ouvir ainda propostas de empresários, profissionais renomados, líderes estudantis, docentes e pesquisadores.

O resultado da compilação de vozes diversas buscava mapear o campo do Jornalismo e reforçar a identidade do Jornalista para, em seguida, oferecer caminhos e exigências para sua formação. A versão final das DCNs só foi homologada quatro anos depois, através da Resolução CNE/CES 1/2013. Dessa vez, o documento tinha oito páginas e se restringia a 18 artigos que, em sua maioria, tratavam de aspectos concretos relativos à estrutura dos cursos superiores de Jornalismo, que teriam no máximo dois anos para se adequarem às novas diretrizes. A homologação não foi fruto de consenso nem entre as entidades profissionais e, muito menos, entre as acadêmicas. Dentre os muitos assuntos polêmicos estava a condução da formação em Jornalismo de modo independente do Curso de Comunicação Social. Entre os argumentos contrários à proposta estava o de que essa “separação” fragmentaria e limitaria a formação jornalística, ao refletir um pensamento tecnicista e disciplinar e ameaçaria de extinção a área de Comunicação Social, num contexto em que as tecnologias, ampliação dos mercados, relação entre desigualdade social e diversidade cultural favoreciam o “comunicador polivalente” e demandavam um jornalista capaz de olhar a sociedade de maneira mais ampla.

Nesse cenário de disputas, a identidade profissional do Jornalista entrava novamente em questão. A partir do texto de 2009, é possível identificar o que era entendido como essência do Jornalismo. A comissão de especialistas pontua que a profissão adentrou o século XXI em estado de crise, motivada especialmente pelo que foi chamado de “revolução das fontes” e que, para entender o processo, seria necessário olhar para trás e recuperar aspectos essenciais do Jornalismo, definido no documento da seguinte maneira.

Jornalismo é (...) um processo social que se articula a partir da relação (periódica / oportuna) entre organizações formais (editoras / emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal / revista / rádio / televisão...) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos). (MELO, 1985 apud BRASIL, 2009, p. 5).

O texto da Comissão de Especialistas reconhece as mudanças estruturais que o avanço das tecnologias impôs ao Jornalismo e a ascensão de outros agentes na me-

dição entre o fato e a notícia. No entanto, reforça valores constitutivos da identidade profissional, entre eles a liberdade de informar, o compromisso com o interesse público e a postura crítica ao fornecer as informações, capacitando os cidadãos para tomarem decisões “conscientes e responsáveis”. O documento ressalta que o profissional deve “questionar, refletir e interagir com a multiplicidade de fontes (...) para entender o mundo que o cerca e (...) poder compreender as motivações, os interesses, as demandas, os códigos do público que ele pretende atingir” (BRASIL, 2009, 7).

Mais do que uma crise do Jornalismo, o documento aponta para uma crise no modelo de negócio baseado no poder hegemônico das redações tradicionais. Não é difícil perceber que hoje diversos produtos jornalísticos são feitos em redações multimídia, por um conjunto diminuto de profissionais, dos quais é exigida a capacidade de apurar e compilar as informações em produtos jornalísticos adequados a diversos públicos e meios, com um nível cada vez mais acelerado de urgência. Traquina (2008) já nos alertava para a lógica concorrencial da profissão. Mas, hoje, essa concorrência não se restringe aos veículos tradicionais de mídia. Ela é extra jornalística, na medida em que outros agentes estão ativos na mediação entre fato e público.

Desde a criação dos primeiros cursos, houve uma sucessão de diretrizes e de concepções sobre qual seria a maneira mais adequada de formar um Jornalista. Cada uma delas trazia seu bojo contradições e interesses. O perfil de egresso que tínhamos até o documento de 2009 era resultado de três décadas de formação em torno de diretrizes amparadas basicamente no modelo que entrou em vigor em 1984, através da resolução MEC/002, que estabeleceu o Currículo Mínimo de Comunicação Social e suas habilitações. Com a chegada do novo milênio, os Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001 estabeleceram outras diretrizes ainda para a Comunicação Social e suas habilitações. Nelas, encontravam-se as habilidades e competências a serem aferidas no perfil do egresso, baseadas em conteúdos básicos e específicos. Os básicos eram teórico-conceituais; analíticos e informativos sobre a atualidade; de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas e ético-políticos. Já os específicos seriam “definidos pelo colegiado do curso, tanto para favorecer reflexões e práticas no campo geral da Comunicação, como para incentivar reflexões e práticas da habilitação específica” (BRASIL, 2001, sp).

As DCNs, homologadas em 2013, propõem a formação acadêmica em seis eixos, a saber: **1. fundamentação humanística, 2. fundamentação específica, 3. fundamentação contextual, 4. formação profissional, 5. aplicação processual e 6. prática laboratorial.** Entre as questões polêmicas, elas trazem a exigência do Estágio Curricular Supervisionado e a execução individual do TCC, seja ele um projeto prático ou um trabalho monográfico. O documento dispõe que o TCC é “componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido individualmente, realizado sob a supervisão docente” (BRASIL, 2009, 21). A regra também é clara quanto à forma de avaliação - uma banca examinadora formada por docentes e por jornalistas profissionais convidados.

Apesar da liberdade garantida a cada IES na concepção de seu PPC, as DCNs ressaltam que será valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação. O curso deve ter, no mínimo, 3 mil horas, sendo que, o estágio curricular supervisionado e as atividades complementares não poderão exce-

der a 20% de sua carga horária total. O documento lista habilidades e competências do egresso, que segundo o Art. 5º deve:

estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social. (BRASIL, 2013, sp)

O risco de fragmentação da área apontado há dez anos, parece se concretizar na publicação, em 2018, do “Manual Preliminar para Classificação de Cursos de Graduação e Sequenciais - CINE BRASIL 2018”. Ela estabelece quatro níveis de classificação: **área geral; área específica; área detalhada e rótulo**. Dentre as onze áreas gerais não há Comunicação Social (que foi rebaixada à categoria de rótulo). O curso de Jornalismo passa a integrar a área 3: **Ciências sociais, jornalismo e informação** e Publicidade e Propaganda, a área 04 **Negócios, administração e direito**. Cabe, portanto, questionar quais serão os impactos dessa aparente “dissolução” da área de Comunicação Social para os novos PPCs e, conseqüentemente, para a formação profissional, a identidade e o perfil do jornalista brasileiro.

4 DOS PROJETOS EXPERIMENTAIS AOS TCCS: A EXPERIÊNCIA DA ESTÁCIO NITERÓI

126

Os projetos experimentais chegaram a ser encarados como sinônimo de TCC, ao serem implantados nas grades curriculares dos cursos de Comunicação Social, no Brasil, através da Resolução 002/84, que estabeleceu exigências de infraestrutura e extinguiu o estágio curricular, até então componente obrigatório para a formação. Conforme o documento, os projetos experimentais tratam de:

(...) trabalho relacionado com a habilitação específica, **em forma de monografia**, fita gravada de som e imagem ou de som, filme cinematográfico sonoro, publicação impressa, campanha publicitária, plano de editoração, ou planejamento de programas de relações públicas – sempre realizados nos laboratórios da própria escola. (BRASIL, 1984, sp, grifo nosso)

Naquele momento, os projetos experimentais eram concebidos como espaços para a livre expressão da criatividade do aluno, exercício da prática profissional e aquisição de novas experiências, inclusive as de iniciação científica. Na época, os trabalhos poderiam ser feitos em equipe ou individualmente.

Sobre a Universidade Estácio de Sá, onde a autora está vinculada há 25 anos como docente, sendo 20, também como coordenadora do Curso de Jornalismo e 15, assumindo a orientação de TCCs, cabe informar que a IES nasceu no Rio de Janeiro em 1970 como Faculdade de Direito, obtendo o status de universidade 18 anos depois. Em 1996, ultrapassou os limites municipais, iniciando as operações no campus Niterói. Dois anos depois, partiu para expansão nacional e hoje pode ser encontrada

em todos os estados da federação. Em 2007, abandonou configuração de entidade sem fins lucrativos e transformou-se em uma companhia com ações em Bolsa de Valores. Dois anos mais tarde, a Estácio iniciou seus cursos à distância, modalidade na qual pretende oferecer também o curso de Jornalismo. Em 2018, expandiu-se para o ensino médio.

O Curso de Comunicação Social e suas habilitações Jornalismo e Publicidade e Propaganda começaram a ser ofertados em Niterói no segundo semestre de 1999. Segundo informações extraídas do Sistema Acadêmico da IES (SIA), em 20 anos, mais de 2 mil alunos concluíram a formação em Jornalismo ou Publicidade no campus. Nesse período, a disciplina de oitavo período, que marca a conclusão do curso, já se chamou *Projetos Experimentais em Jornalismo III, Projetos Experimentais em Jornalismo* e, hoje, atende por *TCC em Jornalismo*. Apesar do leque de possibilidades oferecido pela Resolução do MEC, a disciplina sempre exigiu um trabalho de iniciação científica, a ser entregue individualmente.

As DCNs homologadas em 2013 transferiram, em parte, as atividades práticas dos antigos projetos experimentais para o eixo das práticas laboratoriais, isolando a atividade de iniciação científica no trabalho monográfico do TCC. No entanto, no TCC, ainda facultam ao concluinte o desenvolvimento de produto comunicacional, com memorial descritivo. Parte da pesquisa científica, segundo as DCNs, foi deslocada para as atividades complementares, que contemplam *atividades didáticas* e *atividades acadêmicas*. As primeiras envolvem a aprovação em disciplinas não previstas no currículo do curso, enquanto as segundas preveem “a apresentação de relatos de iniciação científica, pesquisa experimental, extensão comunitária ou monitoria didática em congressos acadêmicos e profissionais” (BRASIL, 2009, 23).

Apesar das oscilações entre teoria e prática típicas do ambiente acadêmico, muitas IES brasileiras construíram uma sólida cultura voltada para a pesquisa, até porque foram capazes de perceber a estreita relação entre ensino-pesquisa, outras nem tanto. Uma rápida olhada sobre a realidade dos modelos de IES pública e privada mostra que, nesse aspecto, existe um abismo entre eles, pois enquanto a primeira é vista tradicionalmente como a guardiã da pesquisa, a segunda é tomada como a responsável por atender as demandas mais imediatas do mercado. Ao exigir a monografia, com característica de iniciação científica, como resultado dos projetos experimentais, o curso de Jornalismo da Estácio Niterói optou por enfrentar muitos desafios.

A experiência docente tem demonstrado que, como boa parte das IES privadas, a Estácio recebe acadêmicos que não tiveram aproveitamento suficiente para entrar numa IES pública e que muitas vezes trabalham em horário integral para pagar as mensalidades do curso. Muitos vêm de municípios vizinhos e gastam mais de duas horas para chegar ao campus. Para que concluam o curso, precisam construir TCCs que estabeleçam a articulação entre teoria e prática. Para tal, é necessário partir dos livros acadêmicos, da coleta de dados empíricos, observação e análise do mercado ou, ainda, de uma prática comunicacional concreta. Nesse aspecto, alguns graduandos apresentam mais facilidade para obtenção de dados, enquanto outros, para revisão bibliográfica característica da construção dos contextos histórico e teórico da questão de pesquisa, que devem estar situados respectivamente nos capítulos 1 e 2 da monografia. Contudo, o principal desafio observado no processo de iniciação ci-

entífica está justamente na articulação entre o que foi estudado na teoria e o que os dados mostram na prática.

Para essa pesquisa foram selecionados os TCCs defendidos e aprovados entre 2014 e 2018, desde que executados por alunos que colaram grau e foram formados segundo os PPCs que já contemplavam o curso de Jornalismo como autônomo. Segundo os dados obtidos no Sistema de Informação Acadêmica (SIA) da Estácio, no primeiro semestre de 2011, houve a primeira entrada de estudantes no curso específico de Jornalismo. Até 2018, segundo dados do sistema, 61 novos jornalistas haviam sido formados no campus Niterói. O levantamento foi complementado pela consulta às atas de defesa das monografias, disponíveis na coordenação de curso.

O desenvolvimento dos TCCs pressupõe que os alunos sejam orientados pelos docentes alocados em disciplinas ofertadas nos dois últimos períodos de curso. No sétimo período, a disciplina *Produção de Projetos Jornalísticos* subsidia a construção do projeto de pesquisa. Nela, os acadêmicos definem o tema, justificam sua relevância para o campo do Jornalismo, procuram explicitar a problematização, objetivos e hipóteses de trabalho e pesquisam pelo menos três conceitos para embasar sua argumentação, além de escolher o objeto empírico e fazer a coleta inicial de dados. Os acadêmicos apresentam dificuldades tanto para pesquisar nas bases de dados, quanto para o levantamento do objeto empírico. Levando em conta o perfil dos alunos, indica-se que busquem objetos empíricos com os quais tenham alguma familiaridade e teorias com as quais tenham tido identificação durante o curso e que, de alguma forma, se sintam mais confortáveis para aprofundar as pesquisas e fazer posteriormente a análise do objeto escolhido. Nesse aspecto, parte significativa dos acadêmicos desenvolve uma espécie de “síndrome do umbigo”, ao escolherem estudar ambientes dos quais já tenham participado, ou ainda participem, como profissionais, colaboradores ou estagiários.

Quando não é essa a motivação, nota-se que a seleção do objeto de estudo migra para veículos locais, ou para os que tratem de temas afeitos a preocupações identitárias do pesquisador (questões étnicas, de gênero, da “boa forma física” e torcidas de futebol). Mesmo com toda orientação docente, por vezes os temas ainda deslizam do campo do Jornalismo para o da Comunicação. O levantamento dos TCCs mostrou que há estudos sobre filmes de terror, *fan-fiction*, estratégias de vínculo entre celebridades e seu público, ou estratégias discursivas em programas religiosos ou sites, como dos Alcoolicos Anônimos. Essa percepção aponta para algumas características de nossos acadêmicos: muitos, no fim do curso, percebem a falta de identificação com o Jornalismo, mas mesmo assim optam por concluir a formação superior. Para outros, ainda há falta de clareza sobre a identidade profissional e o Jornalismo acaba sendo abordado no TCC de maneira transversal (ou nem isso).

Uma vez aprovados na disciplina de “Produção de Projetos Jornalísticos”, os acadêmicos chegam ao oitavo período, novamente para serem orientados pelo professor alocado na disciplina. Cabe a esse docente, conduzi-los na construção do trabalho monográfico que, além da introdução, conclusão, elementos pré-textuais, referências e anexos, é composto por três capítulos, que devem dar conta dos contextos histórico, teórico e da análise do objeto empírico. Como docente dessa disciplina há 15 anos, cabe ressaltar que, apesar de todos os esforços, o índice de desistência costuma ser superior a 50%. Acrescenta-se que boa parte dos concluintes opta por de-

envolver seu TCC em dois semestres ou deixar para cursá-lo após a conclusão de todas as demais disciplinas do curso. Por isso, nota-se que a maior parte dos alunos não termina a graduação em quatro anos. Nesse estudo, por exemplo, apenas um dos ingressantes de 2011 concluiu o curso em 2014.

Esse artigo se baseou apenas nos títulos das 61 monografias, aprovadas entre 2014 e 2018, de onde foram extraídos os dados para elaboração autoral das tabelas. Como os alunos são orientados a colocar no título o seu objeto de estudo e pelo menos uma das teorias aplicadas na análise, foi possível perceber o interesse pelo mundo digital, conforme Tabela 1. Salienta-se que dos 61 trabalhos, 33 tratavam mídias digitais (sites -10; páginas de Facebook – 10; blogs – 6; Webrádios ou podcasts – 4; WebTV ou Youtube – 2; Perfil do Instagram – 1).

TABELA 1 - TCCS POR TIPO DE MÍDIA DO OBJETO EMPÍRICO

Mídia	Número de TCCs
Mídia Impressa	6
Rádio Convencional	8
TV Convencional	11
Cinema	1
Comparação entre mídias	2
Mídia Digital	33
Total	61

Fonte: Autora

A preferência pela mídia digital sinaliza várias tendências. O concluinte, embora ainda não seja um genuíno nativo do Terceiro Milênio é, pelo menos, um migrante digital e parece estar bastante conectado, demonstrando interesse por redes sociais, o que nem sempre é acompanhado pela frequência em sites tipicamente jornalísticos, estejam eles ligados a produtos de mídia hegemônica ou não. Outro aspecto percebido na experiência docente é que o concluinte valoriza a facilidade de acesso ao objeto empírico, oferecida pela mídia digital. A maior parte dos TCCs não se debruça sobre os aspectos referentes à produção das notícias e raramente se mune de entrevistas com os produtores do conteúdo analisado. Percebe-se certa inclinação para o uso de teorias que se adequem a observação do que já está posto e é público. São recorrentes as tentativas de análises baseadas nos conceitos de contrato de comunicação e de leitura, critérios de noticiabilidade e análises de discurso. A essa abordagem, somam-se teorias ligadas à cibercultura e ao ciberjornalismo, especialmente no cenário das redes sociais digitais. Nota-se ainda grande interesse pelas questões comunitárias, locais e de gênero.

Na tabela 2, é possível perceber pelo título das pesquisas como a participação do cidadão e as iniciativas não profissionais de lidar com a informação vem despertando interesse nos concluintes. Nesse aspecto, cabe ressaltar as dificuldades de estabelecer limites entre a profissionalização e a iniciativa cidadã, o que impacta sobremaneira na percepção de como se configura a identidade do Jornalista na atualidade.

TABELA 2 - JORNALISMO COMUNITÁRIO E “COLABORAÇÕES” PARA O JORNALISMO

TÍTULO	ANO
O papel dos blogs na conscientização ambiental da sociedade contemporânea	2015.1
Rádio online Yande: etnomídia e empoderamento das identidades	2015.1
As mídias sociais como fonte no jornalismo: uma análise do blog Frango com batata doce	2016.1
Jornalismo Colaborativo através do whats app: uma análise da editoria de cidades do Jornal o São Gonçalo	2017.1
O gênero feminino no Jornalismo esportivo e estereótipos: uma análise da presença do preconceito nas matérias publicadas no site dibradoras.com.br	2017.1
Contrato de leitura e comunicação: uma análise sobre o vínculo criado entre MariMoon e seus seguidores	2017.1
Empoderamento feminino nas redes sociais: uma análise sobre a campanha chega de fiu fiu do blog Think Olga	2017.1
Apuração, produção da notícia e convergência midiática: uma análise sobre o papel do twitter na Radio Bandnews FM Rio	2017.2
Podcast 45 minutos: Jornalismo Esportivo em podcast na cobertura da Copa do Mundo Fifa 2014	2017.2
Capitolina: o Jornalismo Colaborativo como incentivador de discussões relacionadas ao público feminino	2017.2
O Jornalismo colaborativo como elemento jornalístico na construção da cidadania: uma análise dos conteúdos do site projeto Colabora	2017.2
Comunicação Comunitária: uma análise do programa Frequência Balançada na Rádio Ilha Rio	2017.2
Jornalismo colaborativo e o fluxo de informação: uma análise dos critérios de noticiabilidade das publicações na página Plantão em Foco	2017.2
Rádio Comunitária, vínculo social e novas tecnologias: uma análise do programa Espaço Sideral da Rádio Sideral	2017.2
Jornalismo Colaborativo através da Internet: uma análise das informações veiculadas na página do Facebook da Mídia Ninja	2018.1
Rede social, identidade territorial e comunidades virtuais: uma análise das matérias do Facebook São Gonçalo Informa como fórmula de vínculo social	2018.1
Redes Sociais, opinião pública e qualidade de vida: uma análise das estratégias argumentativas da blogueira Gabriela Pugliese na Formação de opinião sobre alimentação	2018.1
Redes Sociais e ciberjornalismo: uma análise sobre a noticiabilidade da página do Facebook São Gonçalo vai Mudar	2018.2

Fonte: Autora

Conforme mostrado na pesquisa realizada pelos professores da UFSC, a participação feminina no mercado profissional é significativa. Isso se confirma na amostra de TCCs, pois o percentual de trabalhos defendidos por graduandas chegou a 62,3%, somando 38 monografias. O trabalho em assessorias de imprensa também foi destaque. O tema aparece explicitamente em 10% dos TCCs estudados. Dos seis trabalhos aprovados, quatro refletem a experiência profissional de seu autor(a), seja como estagiário(a) ou como prestador(a) de serviço.

TABELA 3 - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA IMAGEM

TÍTULO	ANO
Redes Sociais como auxílio ao trabalho de assessoria de comunicação e manutenção da imagem: uma análise da fanpage do atleta Higor Lima	2016.1
A experiência da WebTV da prefeitura de Itaboraí como estratégia de comunicação política	2016.2
Unilever: a utilização da Comunicação Empresarial como base estratégica	2016.2
Assessoria de Imprensa: uma análise dos processos comunicacionais no site institucional da Associação Chapecoense de Futebol	2017.1
Assessoria de Comunicação na Era Digital: uma análise sobre a página Prefeitura Silva Jardim	2017.1
Redes sociais e visibilidade: uma análise da fanpage do Facebook do São Francisco Hospital e Maternidade como ferramenta de assessoria de imprensa	2018.1

Fonte: Autora

Sobre o critério de avaliação dos TCCs, eles são entregues impressos e em versão digital e defendidos perante banca composta pelo orientador e mais dois docentes da IES. Os critérios para aprovação levam em conta 1) a qualidade geral do trabalho, que envolve escolha do tema, da problematização, dos autores e do objeto e a qualidade do texto monográfico; 2) O processo de orientação (cumprimento de prazos, tempo de desenvolvimento do trabalho, dificuldades específicas do aluno) 3) Coerência e desenvoltura na defesa oral. Dos 61 trabalhos avaliados, a distribuição de notas foi a seguinte: 6 a 7,0- 10 trabalhos; 7,1 a 8,0 – 15 trabalhos; 8,1 a 9,0 – 24 trabalhos; 9,1 a 10 – 12 trabalhos. Cabe ressaltar que a nota mínima para aprovação é seis.

131

5 DCNS X TCCS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Numa tentativa de buscar aproximações entre o documento norteador das DCNs e os TCCs dos egressos do curso de Jornalismo da Estácio, iniciou-se um estudo exploratório, que carece de metodologia e de aprofundamento, mas que já fornece algumas pistas sobre o quão descompassados estão as DCNs e os concluintes. Para tal, a partir da leitura do documento do MEC e da observação dos títulos dos trabalhos, foram elencadas 13 palavras consideradas relevantes para identidade profissional, seja pela definição do campo, passando pelos valores profissionais e por algumas características da prática jornalística. Os resultados da contagem das ocorrências dos termos foram usados para construção da tabela 4.

TABELA 4 - PALAVRAS-CHAVE E IDENTIDADE JORNALÍSTICA

PALAVRA/RADICAL	DCNS – 26 PÁGINAS	TCCS – 61 TÍTULOS
Jornalismo	116	22
Jornalista	28	Zero
Comunicação	53	12
Cidadania	8	2
Pesquisa	18, sendo 17, acadêmicas	Zero
Tecnolog	19, sendo uma referência	3
Notícia	10	7, todas como noticiabilidade
Reportagem	3	Zero
Assessoria	5, sendo 2 “de imprensa”	4
Apuração	2	1
Investigação	3, sendo uma referência	Zero
Imagem	Zero	Uma (imagem corporativa)
Foto	Zero	Zero

Fonte: Autora

Entre as pistas detectadas, notou-se a falta de interesse dos concluintes por aspectos diretamente ligados ao profissional (zero ocorrência da palavra *Jornalista*) e um silêncio tanto das DCNs quanto dos TCCs sobre a relevância das imagens – fotográficas ou videográficas. O mesmo ocorre com aspectos que definem a profissão. Termos como *apuração*, *investigação*, *reportagem* aparecem de modo discreto nas DCNs e são praticamente inexistentes nos TCCs. Os destaques ficam por conta de questões ligadas à tecnologia e à pesquisa acadêmica nas DCNs, enquanto nos TCCs ressalta-se a noticiabilidade como instrumental teórico de análise. Quanto a especificidade do campo, nas duas colunas, o termo **Jornalismo** tem maior número de ocorrências do que *Comunicação*.

A observação mais detida dos títulos dos TCCs nos mostra termos emergentes no estudo da identidade profissional. O radical **colabora** apareceu sete vezes contra duas nas DCNs e, no documento, nenhuma se referia a jornalismo colaborativo ou colaboração do cidadão. O termo *Facebook* ocorre 12 vezes nos TCCs e nenhuma nas DCNs. Situação semelhante acontece com **esporte**, que desperta o interesse de sete concluintes enquanto nas DCNs há apenas duas ocorrências relativas a essa editoria e, por fim, o prefixo *ciber* aparece em quatro títulos e apenas uma vez nas 26 páginas do documento do MEC. Pretende-se aprofundar esse estudo com base em palavras-chave com uma metodologia mais precisa e com *softwares* que permitam a contagem de palavras em grandes quantidades de texto, bem como complementar o estudo dos TCCs levando em conta seus resumos e, posteriormente o conteúdo integral no sentido de confirmar ou refutar essas percepções iniciais desse estudo exploratório.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a definição e regulamentação do TCCs é uma oportunidade de tornar concreto o perfil do egresso previsto em cada PPC e que cada IES deve levar em conta a realidade de sua região, bem como as potencialidades do mercado de trabalho local para, com base em suas condições concretas (perfil do aluno, dos docentes, estrutura laboratorial, tamanho das turmas), elencar os modelos de TCCs adequados ao que ela aposta como perfil ideal de jornalista para o século XXI. Cabe ressaltar que as DCNs demandam mudar, em muitos casos, a cultura das IES, pois o objeto de estudo das monografias precisa se afastar da Comunicação Social e de suas leituras culturais e/ou tecnológicas para focar-se especificamente no Jornalismo. Sendo assim, os TCCs estudados demonstraram que esse o processo é complexo e não que se efetiva “por decreto”. Nota-se que há trabalhos nos quais os acadêmicos se afastam do Jornalismo ou o percebem de modo acessório.

Os interesses do alunado demonstram a importância da mídia digital, ao mesmo tempo em que explicitam as incertezas sobre a identidade profissional frente às mediações. O serviço público, o jornalismo comunitário e os impactos da colaboração do cidadão para o jornalismo hegemônico também apareceram como preocupações relevantes e que, mais uma vez, colocam a identidade jornalística em xeque. As oportunidades em assessoria de imprensa tem se tornado um tema cada vez mais presente nas reflexões acadêmicas, na medida em que, de acordo com a amostra, há certa dificuldade ou falta de interesse pelos grandes temas da profissão, que cedem lugar a chamada “síndrome do umbigo”, definida em relação ao comportamento notado nos concluintes ao preferirem trabalhar com objetos nos quais tiveram participação como estagiários ou prestadores de serviço. Essa escolha, muitas vezes, ao invés de facilitar o trabalho do pesquisador, acaba por inibir o seu senso crítico e dificultar suas análises.

Percebe-se ainda o descompasso entre a identidade profissional proposta pelas DCNs e a que aparece nos TCCs do curso de Jornalismo da Estácio Niterói. Ambos parecem conscientes da crise existente na profissão, mas enquanto as DCNs se propõem a olhar para trás em busca da essência do Jornalismo, os TCCs olham para frente e se perdem em uma identidade profissional fluida, em construção, focada na evolução tecnológica, em temas de interesse pessoal e em xeque quando se estuda a participação de outros atores, que não tem formação em Jornalismo, mas tornam-se referências na produção noticiosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 002, de 24 de janeiro de 1984**. Fixa o currículo mínimo do curso de Comunicação Social e dá outras providências. Documenta, Brasília, fev. 1984, nº 278, p. 209-211.

BRASIL. **Portaria nº 203, de 12 de fevereiro de 2009**. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo. Portal MEC, Brasília, 12 fev. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL. **Manual para classificação dos cursos de Graduação e Sequenciais - CINE BRASIL 2018**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2018/Manual_Preliminar_para_a_Classificacao_dos_Cursos_Cine_Brasil_2018.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

FACCIN, Milton e FERREIRA, Soraya. Jornalismo de roupa nova: Considerações sobre a identidade e a prática profissional a partir do Prêmio Imprensa Embratel. In: **Brazilian Journalism Research**, v. 9, n. 2, p. 172-190, 2013. Disponível em <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/588/498>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

LOPES, Fernanda L. **Ser Jornalista no Brasil**: Identidade Profissional e Formação Acadêmica. São Paulo: Editora Paulus, 2013

MICK, Jacques. **Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”**. Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2012/04/PerfilJornal_Metodologia.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

____ (coord); BERGAMO, Alexandre; LIMA, Samuel. **Quem é o Jornalista Brasileiro?** Perfil da Profissão no País. Disponível em <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2008.